

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Noções de Direito de Família

1.1 Introdução	13
1.2 Natureza e características das regras de direito de família	
1.2.1 Natureza	15
1.2.2 Características	15
1.3 Princípios do direito de família	16
1.4 Fontes do direito de família	17

CAPÍTULO 2 – Casamento: Disposições Gerais

2.1 Definição	19
2.2 Natureza jurídica	21
2.3 Caracteres	24
2.4 Princípios do direito matrimonial	26
2.5 Fins do casamento	26

CAPÍTULO 3 – Pressupostos de Existência e de Validade

3.1 Pressupostos de existência	28
3.1.1 Regime da inexistência	31
3.2 Pressupostos de validade	31
3.2.1 Capacidade dos nubentes	31
3.2.2 Consentimento válido	34
3.2.2.1 O erro	35
3.2.2.1.1 O erro no direito positivo	35
3.2.2.2 Dolo	37
3.2.2.3 Coação	38
3.2.2.4 Simulação	39



3.2.3 Ausência de impedimentos

3.2.3.1 Impedimentos (arts. 1.521-1.522 do CC)	40
3.2.3.1.1 Impedimentos dirimentes públicos (CC, art. 1.521) ..	41
3.2.3.1.1.1 Efeitos dos impedimentos	46
3.2.3.1.2 Os impedimentos dirimentes privados.....	46
3.2.3.1.2.1 Causas suspensivas ou impedimentos impedientes ou proibitivos	47
3.2.3.2 Oposição dos impedimentos	49
3.2.3.3 Prova dos impedimentos	50
3.2.3.4 Processamento da oposição de impedimentos.....	51
3.2.3.4.1 Efeitos da oposição irregular	51
3.2.3.4.2 Efeitos da oposição maliciosa	52
3.2.3.5 Levantamento da oposição	52

CAPÍTULO 4 – Do Procedimento do Casamento e da Prova

4.1 Procedimento matrimonial	53
4.1.1 Habilitação	53
4.1.2 Celebração do casamento	56
4.1.3 Da prova do casamento	60
4.1.3.1 Da posse do estado de casado	61
4.2 Formas excepcionais de casamento civil	63
4.3 Do casamento religioso	65
4.3.1 Do casamento religioso com habilitação prévia	66
4.3.1.1 Cerimônia religiosa	66
4.3.1.2 Inscrição do casamento religioso no registro civil	67
4.3.2 Do casamento religioso mediante habilitação posterior	67
4.3.3 Efeitos do casamento religioso não inscrito	68

CAPÍTULO 5 – Dos Efeitos Pessoais do Casamento

5.1 Introdução	69
5.2 Efeito ideológico	69
5.3 Efeitos pessoais do casamento	71
5.3.1 Fidelidade	71
5.3.2 Vida em comum no domicílio conjugal	73

5.3.3 <i>Mútua assistência</i>	75
5.3.4 <i>O sustento, a guarda e a educação dos filhos</i>	76
5.3.5 <i>Respeito e consideração mútuos</i>	77

CAPÍTULO 6 – Dos Efeitos Patrimoniais do Casamento

6.1 <i>Dos efeitos patrimoniais</i>	78
6.1.1 <i>Regime patrimonial primário</i>	80
6.1.1.1 <i>Regras básicas do regime patrimonial primário</i>	
6.1.1.1.1 <i>Do dever recíproco dos cônjuges de contribuir para o sustento da família</i>	81
6.1.1.1.2 <i>A proteção da casa de morada da família</i>	82
6.1.1.1.3 <i>Liberdade para praticar atos necessários ao desempenho da profissão</i>	82
6.1.1.1.4 <i>Livre direito de agir na defesa do patrimônio familiar</i>	82
6.1.1.1.5 <i>Administração e disponibilidade dos bens</i>	83
6.1.2 <i>Características do regime patrimonial secundário</i>	86
6.1.2.1 <i>Regime legal ou supletivo</i>	87
6.1.2.2 <i>Do pacto antenupcial</i>	89
6.2 <i>Classificação dos regimes matrimoniais</i>	91
6.2.1 <i>Do regime da comunhão universal</i>	91
6.2.1.1 <i>Bens comuns</i>	93
6.2.1.2 <i>Bens próprios</i>	93
6.2.1.3 <i>Responsabilidade pelas dívidas na comunhão universal</i> ...	94
6.2.1.4 <i>Dissolução e liquidação da comunhão de bens</i>	95
6.2.2 <i>Do regime da comunhão parcial</i>	96
6.2.2.1 <i>Estrutura patrimonial do regime</i>	
6.2.2.1.1 <i>Bens comuns</i>	97
6.2.2.1.2 <i>Bens próprios</i>	97
6.2.2.1.3 <i>Bens adquiridos por intermédio de diferentes massas matrimoniais</i>	99
6.2.2.1.4 <i>Prova do caráter próprio ou comum de um bem</i>	99
6.2.3 <i>Participação final nos aquestos</i>	99
6.2.4 <i>Do regime da separação</i>	103
6.2.4.1 <i>Responsabilidade pelas dívidas na separação de bens</i>	104

6.2.4.2 Dissolução e liquidação na separação de bens	105
6.2.5 Doações antenupciais	105
CAPÍTULO 7 – Crise do Matrimônio. Causas de Dissolução da Sociedade Conjugal e do Matrimônio	
7.1 Considerações gerais	107
7.2 Causas de separação e divórcio	108
7.2.1 Sanção	108
7.2.2 Remédio	108
7.3 Da separação judicial	
7.3.1 Considerações gerais	109
7.3.2 Separação por mútuo consentimento	110
7.3.2.1 O procedimento administrativo mediante escritura pública para a separação e o divórcio consensuais	111
7.3.3 Separação litigiosa	
7.3.3.1 A separação litigiosa fundada no princípio da culpa	115
7.3.3.2 A separação baseada no princípio da ruptura	119
7.3.3.2.1 A cláusula de dureza	122
7.3.4 Efeitos da separação	
7.3.4.1 Efeitos pessoais da separação	123
7.3.4.1.1 A guarda dos filhos	123
7.3.4.1.2 Nome do outro cônjuge	125
7.3.4.1.3 A pensão alimentícia devida ao ex-cônjuge	127
7.3.4.1.4 Permanência do dever dos pais de sustento dos filhos	128
7.3.4.2 Efeitos patrimoniais da separação	
7.3.4.2.1 A partilha de bens	128
7.3.5 Caráter pessoal da ação de separação judicial	129
7.3.6 O restabelecimento da sociedade conjugal	129
7.4 Divórcio	130
7.4.1 Espécies	
7.4.1.1 Divórcio direto	130
7.4.1.2 Conversão da separação judicial em divórcio	132
7.4.2 Efeitos do divórcio	133
7.4.3 A nova redação dada ao art. 226, § 6º, da CF	133

CAPÍTULO 8 – Invalidade Matrimonial

8.1 Introdução	135
8.2 Matrimônio nulo	136
8.2.1 Regime	138
8.2.2 Efeitos	138
8.2.3 Legitimados para a propositura da ação de nulidade	139
8.2.4 Prazo de ajuizamento da ação	139
8.3 Anulabilidade do matrimônio (CC, arts. 1.550 a 1.564)	139
8.3.1 Efeitos	140
8.3.2 Legitimados para a propositura da ação	140
8.3.3 Prazo de ajuizamento	141
8.4 Casamento putativo	
8.4.1 Conceito	142
8.4.2 Pressupostos	142
8.4.3 Efeitos	144
8.4.3.1 Efeitos em relação a terceiros	146

CAPÍTULO 9 – Da União Estável

9.1 Conceito	147
9.2 Requisitos	148
9.3 Direitos e deveres dos conviventes	152
9.4 Efeitos patrimoniais	152
9.5 Conversão da união estável	155
9.6 Extinção da união estável	155

CAPÍTULO 10 – Das Relações de Parentesco (Arts. 1.591-1.629)

10.1 Disposições gerais	157
10.2 Filiação, paternidade e maternidade	
10.2.1 Da filiação	159
10.2.1.1 Filiação legítima, ilegítima, natural e espúria	160
10.2.1.2 Presunção de paternidade	160
10.2.1.3 Da prova da filiação	164
10.2.1.4 Do reconhecimento de filhos (arts. 1.607-1617)	165
10.2.1.5 Investigação de paternidade e de maternidade	171

10.2.1.5.1 Investigação de paternidade	172
10.2.1.5.2 Investigação de maternidade	176
10.2.1.6 Consequências do reconhecimento de filho	176
10.3 Parentesco por afinidade	176
10.4 Parentesco por adoção	177
10.4.1 Adoção (arts. 1.618-1.629).....	177
10.5 Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638)	179

CAPÍTULO 11 – Alimentos

11.1 Considerações gerais	183
11.2 Sentido e alcance	184
11.3 Espécies	184
11.4 Modos de satisfazer a prestação alimentar	186
11.5 Fontes da obrigação alimentar	187
11.6 Sujeitos	187
11.7 Pressupostos	191
11.8 Características	192
11.9 Extinção da obrigação alimentar	193
11.10 Ação de alimentos	194

CAPÍTULO 12 – Direito Assistencial

12.1 Guarda	197
12.2 Tutela	198
12.2.1 Pressupostos da tutela	198
12.2.2 Do tutor	199
12.2.3 Espécies de tutela	201
12.2.4 Cessação da tutela	202
12.3 Curatela	202
12.3.1 Definição	202
12.3.2 Distinção entre a curatela e a tutela	203
12.3.3 Procedimento da curatela de incapazes	203
12.3.4 Interdição do pródigo	204

Bibliografia	205
---------------------------	------------

